



BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.753, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a abertura, a manutenção e o encerramento de conta de depósitos.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de setembro de 2019, com base nos arts. 3º, inciso V, e 4º, inciso VIII, da citada Lei, e 69, parágrafo único, da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985,

RESOLVEU:

Art. 1º Esta Resolução estabelece os requisitos a serem observados pelas instituições financeiras na abertura, na manutenção e no encerramento de conta de depósitos.

Art. 2º As instituições referidas no art. 1º, para fins da abertura de conta de depósitos, devem adotar procedimentos e controles que permitam verificar e validar a identidade e a qualificação dos titulares da conta e, quando for o caso, de seus representantes, bem como a autenticidade das informações fornecidas pelo cliente, inclusive mediante confrontação dessas informações com as disponíveis em bancos de dados de caráter público ou privado.

§ 1º Considera-se qualificação as informações que permitam às instituições apreciar, avaliar, caracterizar e classificar o cliente com a finalidade de conhecer o seu perfil de risco e sua capacidade econômico-financeira.

§ 2º É admitida a abertura de conta de depósitos com base em processo de qualificação simplificado, desde que estabelecidos limites adequados e compatíveis de saldo e de aportes de recursos para sua movimentação.

§ 3º No caso de conta de depósitos de titularidade de pessoa incapaz, nos termos da legislação vigente, também deverá ser identificado e qualificado o responsável que a assistir ou a representar.

§ 4º As informações de identificação e de qualificação dos titulares de conta de depósitos e de seus representantes, quando houver, devem ser mantidas atualizadas pelas instituições.

§ 5º As instituições devem adequar os procedimentos de que trata o **caput** às disposições relativas à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, bem como observar a legislação e a regulamentação vigentes.

Art. 2º-A As instituições referidas no art. 1º, a fim de subsidiar os procedimentos e os controles relacionados ao processo de abertura de contas e de atualização das informações do titular da conta, de que trata o art. 2º, § 4º, devem consultar o sistema de que trata a Resolução BCB nº 475, de 26 de maio de 2025, previamente à abertura de contas de depósitos à vista e de poupança e à alteração de titulares ou de seus representantes. [\(Incluído, a partir de 1º/12/2025, pela Resolução CMN nº 5.218, de 26/5/2025.\)](#)

§ 1º Caso a instituição decida pela abertura da conta de depósitos ou pela alteração de titulares ou de seus representantes, quando houver solicitação em sentido contrário registrada no sistema de que trata o *caput*, a decisão deve ser documentada e fundamentada,



BANCO CENTRAL DO BRASIL

sendo aplicável somente em situações excepcionais em que os titulares, pretendentes a titular ou seus representantes estejam impedidos de excluir a solicitação do sistema. [\(Incluído, a partir de 1º/12/2025, pela Resolução CMN nº 5.218, de 26/5/2025.\)](#)

§ 2º Caso a instituição decida pela não abertura da conta de depósitos ou pela não alteração de titulares ou de seus representantes, em razão exclusivamente da solicitação referida no § 1º, os motivos da decisão devem ser explicitados ao titular da conta, ao pretendente a titular da conta ou ao seu representante. [\(Incluído, a partir de 1º/12/2025, pela Resolução CMN nº 5.218, de 26/5/2025.\)](#)

§ 3º A tomada de decisão para a abertura da conta e para as alterações de titulares ou de seus representantes é de exclusiva responsabilidade da instituição. [\(Incluído, a partir de 1º/12/2025, pela Resolução CMN nº 5.218, de 26/5/2025.\)](#)

§ 4º As instituições devem manter à disposição do Banco Central do Brasil por no mínimo dez anos a documentação comprobatória referente à realização da consulta ao sistema de que trata o *caput*, incluindo o seu resultado, bem como a documentação referida no § 1º. [\(Incluído, a partir de 1º/12/2025, pela Resolução CMN nº 5.218, de 26/5/2025.\)](#)

Art. 3º A abertura e o encerramento de conta de depósitos podem ser realizados com base em solicitação apresentada pelo cliente por meio de qualquer canal de atendimento disponibilizado pela instituição financeira para essa finalidade, inclusive por meios eletrônicos, não se admitindo o uso de canal de telefonia por voz.

Parágrafo único. Para efeitos desta Resolução, consideram-se meios eletrônicos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre clientes e as instituições.

Art. 4º O contrato de prestação de serviços de conta de depósitos deverá dispor, no mínimo, sobre:

I - os procedimentos para identificação e qualificação dos titulares da conta, observado o disposto no art. 2º;

II - as características da conta e as regras básicas de seu funcionamento, inclusive com relação às formas disponíveis de movimentação, aos procedimentos para cobrança de tarifas e aos prazos para fornecimento de comprovantes e de outros documentos;

III - as medidas de segurança para fins de movimentação da conta;

IV - os direitos e os deveres dos titulares da conta;

V - os eventuais limites de saldo mantido em conta e de aportes de recursos, de que trata o art. 2º, § 2º;

VI - os procedimentos para atualização das informações dos titulares, inclusive para fins de atendimento ao disposto no art. 2º, § 5º;

VII - a previsão de inclusão do nome do titular no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), nos termos da regulamentação em vigor, no caso de emissão de cheque sem fundos, com a devolução dos cheques em poder do titular à instituição, quando a conta for movimentável por meio de cheque; e



BANCO CENTRAL DO BRASIL

VIII - as hipóteses, condições e procedimentos para o encerramento da conta, em observância ao disposto nos arts. 5º e 6º desta Resolução.

~~Parágrafo único. As instituições devem fornecer ou disponibilizar aos titulares da conta uma via do contrato de que trata o caput por meio de qualquer canal de atendimento disponível, inclusive eletrônico.~~

Parágrafo único. [\(Revogado, a partir de 1º/3/2022, pela Resolução CMN nº 4.983, de 17/2/2022.\)](#)

§ 1º As instituições devem fornecer ou disponibilizar aos titulares da conta uma via do contrato de que trata o **caput** por meio de qualquer canal de atendimento disponível, inclusive eletrônico. [\(Incluído, a partir de 1º/3/2022, pela Resolução CMN nº 4.983, de 17/2/2022.\)](#)

§ 2º As instituições, previamente à contratação, devem fornecer ao titular da conta, por meio físico ou eletrônico, prospecto de informações essenciais, explicitando, no mínimo, de forma sintética, informações relativas às regras básicas do funcionamento da conta, os riscos existentes e as medidas de segurança para fins de movimentação da conta, inclusive em caso de perda, furto ou roubo de credenciais do titular. [\(Incluído, a partir de 1º/3/2022, pela Resolução CMN nº 4.983, de 17/2/2022.\)](#)

Art. 4-A É vedado às instituições financeiras postergar saques em espécie de contas de depósitos à vista de valor igual ou inferior a R\$5.000,00 (cinco mil reais), admitida a postergação para o expediente seguinte de saques de valor superior ao estabelecido. [\(Incluído, a partir de 1º/3/2022, pela Resolução CMN nº 4.983, de 17/2/2022.\)](#)

Art. 5º Para o encerramento de conta devem ser adotadas, no mínimo, as seguintes providências:

I - comunicação entre as partes da intenção de rescindir o contrato, informando os motivos da rescisão, caso se refiram à hipótese prevista no art. 6º ou a outra prevista na legislação ou na regulamentação vigente;

II - indicação pelo cliente da destinação do eventual saldo credor na conta, que deve abranger a transferência dos recursos para conta diversa na própria ou em outra instituição ou a colocação dos recursos a sua disposição para posterior retirada em espécie;

III - devolução pelo cliente das folhas de cheque não utilizadas ou a realização do seu cancelamento pela instituição;

IV - prestação de informações pela instituição ao titular da conta sobre:

a) o prazo para adoção das providências relativas à rescisão do contrato, limitado a trinta dias corridos, contado do cumprimento da exigência de trata o inciso I;

b) os procedimentos para pagamento de compromissos assumidos com a instituição ou decorrentes de disposições legais; e

c) os produtos e serviços eventualmente contratados pelo titular na instituição que permanecem ativos ou que se encerram juntamente com a conta de depósitos; e



BANCO CENTRAL DO BRASIL

V - comunicação ao titular sobre a data de encerramento da conta ou sobre os motivos que impossibilitam o encerramento, após o decurso do prazo de que trata a alínea "a" do inciso IV.

§ 1º O encerramento de conta de depósitos pode ser providenciado mesmo na hipótese de existência de cheques sustados, revogados ou cancelados por qualquer causa.

§ 2º Deve ser assegurada ao titular da conta de depósitos a possibilidade de solicitar o seu encerramento pelo mesmo canal utilizado quando da solicitação de sua abertura, se ainda disponível.

~~Art. 6º As instituições devem encerrar conta de depósitos em relação a qual verificarem irregularidades nas informações prestadas, consideradas de natureza grave.~~

Art. 6º As instituições financeiras devem encerrar a conta de depósitos em relação à qual se verifique: [\(Redação dada, a partir de 1º/12/2025, pela Resolução CMN nº 5.261, de 3/11/2025.\)](#)

I - irregularidades nas informações prestadas pelo titular, consideradas de natureza grave; ou [\(Incluído, a partir de 1º/12/2025, pela Resolução CMN nº 5.261, de 3/11/2025.\)](#)

II - prestação de serviços por parte do cliente titular que configurem serviços financeiros ou de pagamentos no âmbito do Sistema Financeiro Nacional ou do Sistema de Pagamentos Brasileiro, sem a devida previsão legal ou não aderentes à regulamentação vigente do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central do Brasil. [\(Incluído, a partir de 1º/12/2025, pela Resolução CMN nº 5.261, de 3/11/2025.\)](#)

§ 1º Configura a hipótese do inciso II do *caput*, de forma não exaustiva, a utilização, pelo cliente titular, dos recursos mantidos em contas de depósitos para pagamentos, recebimentos ou compensações de obrigações em nome de terceiros, que possa permitir a ocultação ou a substituição de obrigações financeiras desses terceiros e inviabilizar sua identificação. [\(Incluído, a partir de 1º/12/2025, pela Resolução CMN nº 5.261, de 3/11/2025.\)](#)

§ 2º A instituição deve utilizar critérios próprios para identificar o disposto no inciso II do *caput*, valendo-se inclusive de informações constantes em bases de dados públicas ou privadas. [\(Incluído, a partir de 1º/12/2025, pela Resolução CMN nº 5.261, de 3/11/2025.\)](#)

§ 3º Os critérios de que trata o § 2º devem ser documentados e aprovados pela diretoria da instituição. [\(Incluído, a partir de 1º/12/2025, pela Resolução CMN nº 5.261, de 3/11/2025.\)](#)

§ 4º As instituições devem manter à disposição do Banco Central do Brasil, por, no mínimo, dez anos, a documentação dos critérios referida no § 3º, bem como documentação relacionada ao encerramento das contas de depósitos encerradas sob as hipóteses de que trata este artigo. [\(Incluído, a partir de 1º/12/2025, pela Resolução CMN nº 5.261, de 3/11/2025.\)](#)

Art. 7º As instituições, por meio dos procedimentos e das tecnologias utilizados na abertura, na manutenção e no encerramento de conta de depósitos, devem assegurar:

I - a integridade, a autenticidade e a confidencialidade das informações e dos documentos eletrônicos utilizados; e



BANCO CENTRAL DO BRASIL

II - a proteção contra o acesso, o uso, a alteração, a reprodução e a destruição não autorizados das informações e de documentos eletrônicos.

Art. 8º Os critérios para a definição das informações necessárias à identificação e à qualificação dos titulares da conta, bem como os procedimentos de controle adotados, devem ser formalizados em documento específico.

Parágrafo único. O documento referido no **caput** deve ser mantido atualizado e à disposição do Banco Central do Brasil.

Art. 9º As instituições devem indicar ao Banco Central do Brasil diretor responsável pelo cumprimento das obrigações previstas nesta Resolução.

Parágrafo único. O diretor mencionado no **caput** pode desempenhar outras funções na instituição, desde que não haja conflito de interesses.

Art. 10. Observada a regulamentação específica, o disposto nesta Resolução aplica-se também às contas de depósitos em moeda nacional de titularidade de pessoas naturais ou jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, bem como às contas de depósitos em moeda estrangeira no País.

~~Art. 11. A Resolução nº 3.972, de 28 de abril de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:~~

~~"Art. 2º~~

~~§ 1º As regras para o fornecimento de folhas de cheques ao correntista devem ser estabelecidas com base, entre outros, nos seguintes critérios:~~

~~I - saldo suficiente para o pagamento de cheques;~~

~~II - restrições cadastrais;~~

~~III - histórico de práticas e ocorrências na utilização de cheques;~~

~~IV - estoque de folhas de cheque em poder do correntista;~~

~~V - registro no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF); e~~

~~VI - regularidade dos dados e dos documentos de identificação do correntista.~~

~~§ 2º Os contratos de que trata o **caput** não podem conter cláusulas que impeçam ou estabeleçam procedimentos desarrazoados para a sustação ou a revogação de cheque.~~

~~§ 3º É vedado o fornecimento de folhas de cheques enquanto o correntista figurar no CCF.~~

~~§ 4º As instituições devem manter assinatura atualizada do correntista."~~
~~(NR)~~

Art. 11. [\(Revogado, a partir de 2/10/2023, pela Resolução CMN nº 5.071, de 26/4/2023.\)](#)



BANCO CENTRAL DO BRASIL

~~Art. 12. A Resolução nº 4.539, de 24 de novembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:~~

~~"Art. 5º~~

~~XII – transferência de relacionamento para outra instituição, a pedido do cliente;~~

~~XIII – eventuais sistemas de metas e incentivos ao desempenho de empregados e de terceiros que atuem em seu nome; e~~

~~XIV – identificação e qualificação de clientes e de usuários para fins de início e manutenção de relacionamento." (NR)~~

Art. 12. [\(Revogado, a partir de 1º/3/2022, pela Resolução CMN nº 4.949, de 30/9/2021.\)](#)

Art. 13. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 14. Ficam revogados:

I - a Resolução nº 2.025, de 24 de novembro de 1993;

II - a Resolução nº 2.078, de 15 de junho de 1994;

III - a Resolução nº 2.747, de 28 de junho de 2000;

IV - a Resolução nº 2.817, de 22 de fevereiro de 2001;

V - a Resolução nº 2.953, de 25 de abril de 2002;

VI - a Resolução nº 3.211, de 30 de junho de 2004;

VII - a Resolução nº 3.222, de 29 de julho de 2004;

VIII - a Resolução nº 4.480, de 25 de abril de 2016;

IX - a Resolução nº 4.697, de 27 de novembro de 2018; e

X - o parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 3.972, de 2011.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2020.

Roberto de Oliveira Campos Neto
Presidente do Banco Central do Brasil

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30/9/2019, Seção 1, p. 50/51, e no Sisbacen.